

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO – SECADI  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN  
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ – CERES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA  
AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA  
ORIENTADOR: PROF. ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR**

**CAINHARA LOPES BEZERRA**

**LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: COMO A CULTURA E A HISTÓRIA  
AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA ESTÃO SENDO ABORDADA  
NA AVALIAÇÃO NACIONAL DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA  
DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL (2012 – 2014)**

**CAICÓ/RN**

**2016**

## RESUMO

O artigo objetiva analisar de que forma o guia do livro didático de história utilizado nos anos de 2012, 2013 e 2014 do 5º ano do ensino fundamental está abordando a temática relacionada à história e cultura africana e afro-brasileira. Levando em conta a importância atribuída ao livro didático enquanto instrumento de apoio para os professores e que muitas vezes o único recurso tecnológico disponível em algumas escolas. Como também que os professores que atuam nesse ano não são formados na área de história e muitas vezes não são preparados para atuarem de forma correta por falta de conhecimento e pelo seu despreparo acadêmico relacionado à questão histórica e cultural africana e afro-brasileira. Investigar de que maneira esse guia pode contribuir, facilitar e esclarecer o professor para que o mesmo possa optar por uma melhor escolha, assim ajudá-los de forma satisfatória no desenvolvimento das suas práticas docentes.

**Palavras-chaves:** Livro didático. Guia de avaliação. História e cultura africana e afro-brasileira.

## ABSTRACT

The article aims at analysing how the guide of the history textbook that was used in the years of 2012, 2013 and 2014 for the 5th year of the fundamental teaching approaches the themes related to Afro and Afro-Brazilian history and culture. For such a task, it considers the importance given to the textbook while instrument of support for the teachers, which many times was the only technological resource available in some schools. In the same way the teachers who act in that year are not majored in the área of history and many times are not ready for acting in the correct way out of lack of knowledge and for their academic unpreparedness related to the historic African and Afro-Brazilian historic and cultural matter. It intends to investigate in what manner that guide may contribute, easy and clarify the teacher so that he or she can make a better choice, and therefore help them in a satisfying way in the development of their teaching practices.

**Key-words:** History textbook. Guide of evaluation. African and Afro-Brazilian history and culture.

## 1 INTRODUÇÃO

O livro didático para o Ensino Fundamental apresenta-se como uma grande ferramenta para a compreensão de diversos temas necessários a uma aprendizagem teórica e tradicional, que é importante para diversas áreas, sem contar que se constitui em um essencial suporte teórico e metodológico para os docentes planejarem e efetuarem suas aulas em diversas disciplinas.

Em 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se apresentando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha. Através do Programa Nacional do Livro Didático, é possível afirmar que o livro didático faz parte da cultura material da maioria das escolas públicas brasileiras, e são um documento que comporta vários outros documentos, e para melhor entendê-lo é fundamental uma visão apurada na interface das áreas da história e da Educação. As discussões sobre a importância e o papel dos livros didáticos no processo de ensino e aprendizagem não são recentes. No caso brasileiro, essas discussões são marcadas pela existência de programa oficial de produção, aquisição e avaliação de obras destinadas ao trabalho nas escolas.

Historicamente a presença dos livros didáticos, de forma gratuita nas escolas públicas está relacionada às várias ações do Governo Federal iniciadas a partir de 1930<sup>1</sup>, essas ações desenvolvidas pelo Governo Federal são encontradas no site do Ministério da Educação. Segundo Barbara Freitag:

Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas, etc.) (FREITAG et. all., 1997, p.11).

A forma atual do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) teve início em 1996, com a inclusão da avaliação dos manuais escolares pelo Ministério da Educação (MEC), a escolha dos mesmos pelos professores e a distribuição destes

---

<sup>1</sup> Essas ações desenvolvidas pelo Governo Federal são encontradas no site: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

para as escolas como parte do processo de inscrição para o PNLD 1997<sup>2</sup>, nesse mesmo ano à publicação do primeiro livro Guia com as resenhas de obras para as quatro primeiras séries do ensino fundamental. Esse livro guia é composto por avaliações feitas por especialistas das diversas áreas do conhecimento com o objetivo de garantir aos alunos da rede pública de ensino o acesso a livros didáticos de qualidade. No PNLD 2004, houve a separação dos livros de História dos de Geografia destinados aos primeiros anos do ensino fundamental, não sendo possível mais a inscrição de obras de Estudos Sociais.

Batista e Val (2004), autores que fizeram parte das equipes responsáveis pelo processo de avaliação de livros escolares comenta que:

A instituição desse processo de avaliação prévia de livros ocorreu em 1996, para a distribuição a ser realizada em 1997. Essa avaliação se orientou, desde o seu início, por critérios de natureza conceitual (as obras devem ser isentas de erros ou de indução a erros) e política (devem ser isentas de preconceito, discriminação de livros para 1999, inclui-se um terceiro critério, de natureza metodológica, de acordo com o qual as obras devem propiciar situações de ensino-aprendizagem adequadas, coerentes e que envolvam o desenvolvimento e o emprego de diferentes procedimentos cognitivos (como a observação, a análise, a elaboração de hipóteses e a memorização) (2004 p.11).

Para que se possa entender melhor como essas obras são avaliadas por equipes de professores com experiência de ensino e de pesquisa no campo de ensino de história e da pesquisa histórica em geral, de diferentes regiões, representando a diversidade dessa área de conhecimento e a pluralidade dos pais, veja os itens a seguir que demonstra as etapas do processo de avaliação dos livros didáticos de história – PNLD 2013:

- Comissão Técnica + SEB (Supervisão geral do processo em todas as fases);
- Instituto de Pesquisas Técnicas (IPT) (Responsável pela qualidade das obras inscritas);
- Universidades (Instituição responsável por sediar a avaliação);

---

<sup>2</sup> A construção do PNLD, como um Programa do Governo Federal, deve ser entendido pela sua articulação em um conjunto de políticas que incluem a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a instituição de Exames Nacionais com vista a avaliação de desempenho de alunos e escolas brasileiras.

- Coordenação de área (Planejamento geral da execução do processo);
- Adjuntas (Coordenação, acompanhamento e correção dos documentos elaborados pelos avaliadores no processo);
- Pareceristas (Leitura, análise e avaliação das obras didáticas inscritas);
- Coordenação de Área (Revisão geral do que foi gerado nas avaliações);
- Grupo Focal (Leitura para averiguação de inteligibilidade das resenhas produzidas);
- Leitura crítica (Leitura das resenhas e pareceres);
- Guia (Publicação do MEC destinada à escolha dos livros didáticos).

Essas avaliações que vem sendo realizadas como parte do PNLD, mesmo com as críticas que recebe em diferentes instâncias educativas, parecem ter exercido algum efeito na qualidade das publicações como aponta Garcia (2007):

Segundo as avaliações oficiais publicitadas, por exemplo, na apresentação dos Guias pelos especialistas avaliadores em cada área do conhecimento, preconceitos e estereótipos, erros conceituais e incoerência teórico-metodológicos tornaram-se menos frequente nas obras avaliadas e selecionadas pelo MEC, apresentadas a escolhas das escolas (p.4).

Os guias que avaliam os livros didáticos de história atendem aos princípios e critérios publicados e determinados no Edital PNLD 2013. Que são estes os critérios:

- I – Respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- II – Respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III – Respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras (Art. 4º).

Foram igualmente determinados, no Edital PNLD 2013, critérios que atendessem às especificidades da área de História:

- 1 – Utiliza a intensa produção de conhecimentos nas áreas das Histórias e da pedagogia, realizada nos últimos anos, considerando-a como ponto de reflexão e de discussão;
- 2 – Compreende a escrita da História como um processo social e cientificamente produzido e que desempenha funções identitária e de orientação na sociedade;

- 3 – Explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica) e apresenta coerência entre as operações teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para os anos iniciais do ensino fundamental;
- 4 – Adota opções teórico-metodológicas que contribuem efetivamente para a consecução dos objetos da História acadêmica e das disciplinas escolar História para os anos iniciais do ensino fundamental;
- 5 – Desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania;
- 6 – Estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse;
- 7 – Trabalhar os preceitos éticos de forma contextualizada, visto que, desistoricizados, podem resultar em trechos, capítulos ou partes, dissociados da proposta geral da coleção, transformando-se, apenas, em ensinamentos morais e cívicos não condizentes, seja com os objetivos do ensino, seja com a produção do conhecimento histórico;
- 8 – Contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamentos, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar do aluno;
- 9 – Apresenta ilustrações variadas quanto às possibilidades de significação, como desenhos, fotografias e reproduções de pinturas;
- 10 – Apresenta ilustrações que exploram as múltiplas funções das imagens, de forma a auxiliar o aprendizado do alfabetismo visual e do ensino de história;
- 11 – Apresenta, de forma contextualizada, propostas e/ou sugestões para que o educando acesse outras fontes de informações (rádio, televisão, internet, etc.);
- 12 – Apresenta imagens acompanhadas de atividades de leitura e interpretação e de interação, sempre que possível, referenciadas em sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico.

Desse modo, o professor ao ler esse guia pode se inteirar acerca de como o mesmo foi elaborado e quais meios de avaliação ele se fez. A partir do guia é possível compreender tendências globais quanto à história ensinada que se liga mais a tipos diferenciados de saberes disciplinares, curriculares e/ou derivados de tradições pedagógicas distintas do que aos efeitos supostamente normativos do programa. Os resultados da avaliação contidas nos guias constituem-se em fonte privilegiada para os professores facilitando assim um melhor entendimento da obra a ser escolhida pelo mesmo.

É importante lembrar que o conhecimento é uma construção edificada pelo aluno, derivada de uma prática educacional que organiza a mediação entre o aluno/sujeito e o objeto/conhecimento. E que o professor é responsável direto por realizar, diariamente, essa prática educacional – e indiretamente, os outros membros

que compõem a instituição escolar – através do conhecimento da capacidade criativa e auto mania que lhe competem, desenvolvendo habilidades fundamentais para o exercício de sua profissão e do favorecimento de um processo ensino/aprendizagem saudável que lhe permita atingir seus objetivos educacionais.

Por isso o livro didático de História constitui realmente em conectar as aulas de História os professores e alunos que utilizam esses materiais. De acordo com Décio Gatti Junior (2004), os livros didáticos são “objetos de cultura escolar”, sendo ainda uma amostra das relações culturais vivenciadas nas escolas, que colaboram no cenário nacional e internacional da educação.

No entanto, se nos voltarmos para os conteúdos de História abordados pelos livros didáticos, encontraremos “observações” de fatos do passado, na tentativa de explicar minimizar, ou entender algo, perdendo de certa forma o sentido que se tem na contemporaneidade, que é de estabelecer relações. De acordo com Dalarosa (2000):

A história assim estudada nos livros didáticos, acaba tendo um carácter idealista em virtude de devagar pelo mundo das ideias sem buscar entender a lógica da contradição dos fenômenos sócias. Os fatos aparecem como ‘naturais’ e dificilmente são analisados como a expressão de um contexto marcado por contradições produzidas a partir das condições materiais em que os homens se encontram em determinado contexto histórico (DALAROSA APUD LOMBARDI, 2000, p.45).

Como uma importante área do conhecimento, espera-se que por meio do apoio oferecido pelo livro didático de história sejam direcionadas para uma compreensão sobre os meios utilizados pelos dominantes que contribuem para o desenvolvimento dos relacionamentos sociais, também como as ações de exclusão e dominação, que surgem em nossos conteúdos didáticos e estabelecem uma única vertente, sem a perspectiva de modificações ao longo de uma aprendizagem.

Tendo em vista a Lei 10.639/03 sancionada em 9 de Janeiro de 2003 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira em todos os currículos escolares conforme previsto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que diz o seguinte:



Resolução CNE/CP nº 01/2004, homologada em 17 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de junho de 2004, instituíram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer CNE/CP nº 03/2004, aprovado em 10 de março de 2004 pelo Ministro da Educação, expressa que as políticas de ações afirmativas, no campo educacional, buscam garantir o direito de negros, negras e cidadãos brasileiros em geral ao acesso em todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, em ambiente escolar com infraestrutura adequado. Apregoa também que haja profissionais da educação qualificados para as demandas contemporâneas da sociedade brasileira e em especial, que sejam capacitados para identificar e superar as manifestações do racismo como preconceito racial e a discriminação racial. Dessa maneira haverá na escola, uma nova redação entre os diferentes grupos étnico-raciais, que propicie efetiva mudança comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural (BRASIL, p.10 e 11).

Então como acabamos de ver a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira veio para que se trabalhe cada vez mais as questões Étnico-Raciais no meio escolar visando assim abolir todas as formas de preconceito racial ou racismo que possa existir conforme relata abaixo:

O Parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área de educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, sistema de reparação, de reconhecimento e de valorização de sua história, cultura e identidade. Trata, ele de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, que busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, p.11).

É importante lembrar que mesmo com essa Resolução homologada em 17 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial da União (D.O.U), em 22 de junho de 2004, muitos professores ainda não estão preparados ou acostumados a tratar desse tema com seus alunos, por não terem formação na área de história e por serem privados dessa formação seguem na íntegra o que está nos livros didáticos.

Compreender a História ocorrida em momentos anteriores ao que vivemos hoje se torna essencial para que não somente o aluno, mas também o professor consigam efetuar intercâmbio com outros assuntos que fazem parte do nosso cotidiano, incluindo também as ações sociais a que estamos inseridos por meio das

relações do trabalho, do poder das classes populacionais, onde a escola apresenta a esses grupos as informações que contribuirão rumo a cidadania.

Um fator que se evidencia também ao se utilizar um livro didático diz respeito à ideologia presente nos exemplares escolares, mas neste caso, os livros de História, que propõe-se de maneira sutil aos olhos de quem consulta esse livro, mas que estabelece formas de trabalho e de ensino para quem ensina e quem aprende. Além de o aluno está em um ambiente educacional, é importante frisarmos, que muitos educadores não possuem formação adequada para ministrar as aulas de história, e muitas vezes aprendem inicialmente como os livros didáticos para que “repasse” para o aluno os temas que são pertinentes à aprendizagem sendo incluídos do mesmo modo nesse sistema ideológico criado para tal sistema.

Se pensarmos nessa ideologia existente no meio educacional, a grande parte dos livros didáticos recomendados pelo MEC possuem embutidos uma certa ideologia, levando a uma educação programada, ou seja, ensinar e aprender o que um sistema superior ao educacional deseja aos indivíduos. Então vale ressaltar aqui o papel desempenhado pelo professor como formador de opinião, no que diz respeito à história e a cultura afro-brasileira esse professor deve ter o máximo de informação contido nos guias de avaliação do livro didático a ser escolhido pelo mesmo, pois muitas vezes por não ter o conhecimento formado do assunto esse professor não trabalha de forma correta com o seu aluno.

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana cita que:

Os princípios e critérios estabelecidos no PNLD definem que, quando à construção de uma sociedade democrática, os livros didáticos deverão promover positivamente a imagem de afrodescendentes e, também, a cultura afro-brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições organizações e saberes sócio-científicos. Para tanto, os livros destinados a professores (as) e alunos (as) devem abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito da discriminação racial e violências correlatos, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária segundo o Edital do PNLD (BRASIL, p.22).

De acordo com o guia em estudo aqui o PNLD 2013 teve avanços e ainda desafios a serem alcançados com relação a história e cultura da África e dos

afrodescendentes como, por exemplo, a temática da escravidão que segundo o guia PNLD 2013:

O caso mais evidente foi o da temática da escravidão, visto que parte significativa das obras apresenta elementos de uma história social, na qual os papéis desempenhados por africanos e afrodescendentes no Brasil são trabalhados para além da condição de escravizados. A análise de conjuntos já permite inclusive identificar uma tendência à superação da segregação temática a que conteúdos referentes à História africana e dos afrodescendentes eram submetidos, sendo tratados apenas em capítulos específicos muitas vezes isolados e desconectados da trilha narrativa (PNLD, 2013, p.24).

Apesar dessa boa avaliação feita ao guia do livro didática PNLD 2013, se pode observar que os livros destinados às aulas de história do ensino fundamental trazem pouca informação sobre o tema deixado assim para o professor desenvolver maneiras de suprir essa necessidade deixada pelo livro didático coisa que não reprovamos, pois um trabalho de pesquisa em outras fontes que não apenas o livro didático é de grande valor e ajuda para o professor. Mas devemos levar em conta que o professor de história do 5º ano do ensino fundamental ele também atua em outras disciplinas assim torna um pouco mais complicada uma atuação favorável e satisfatória na temática a ser desenvolvida sem contar que sua formação é outra. Sendo assim pode ficar a desejar na sua atuação em sala de aula, não ministrando de forma correta as temáticas relacionadas à história e cultura africana e afro-brasileira, que muitas vezes são apresentadas de forma errônea e preconceituosa em sala de aula.

De acordo com o Guia de avaliação do livro didático PNLD 2013 ele destaca que:

A seleção dos conteúdos e a forma de seu tratamento variam a cada coleção. A resistência dos povos escravizados e a existência de quilombos como forma de luta pela liberdade ocupam a posição mais escolhida pelos autores para a abordagem desses temas. Aparece também com frequência a contribuição dos africanos e dos afrodescendentes para a cultura brasileira, principalmente em relação à música, dança, alimentação, religião, festa e termos incorporados à língua portuguesa (PNLD, 2013, p.24).

Dessa forma, acredita-se que investigar o manual didático e compreendê-lo em toda a sua complexidade, o que inclui a perspectiva da provisoriedade, assumida

como uma de suas características e não como um problema ou como um elemento que diminui seu valor enquanto artefato cultural. Isso porque, apesar dos avanços tecnológicos e da grande variedade de materiais curriculares e pedagógicos presente no mercado educacional – e ao longo das críticas que se têm feito a este artefato – os livros didáticos continuam se constituindo como um material com forte presença no cotidiano das escolas brasileiras. Esta realidade lhe confere uma grande importância, uma vez que, estima-se é através deles que o aluno na maioria das vezes estabelece as relações com o conhecimento específico de cada uma das disciplinas escolares, desde o início da alfabetização até o final do Ensino Médio. Por esse motivo as abordagens feitas no livro didático devem ser claras e objetivas para facilitar o entendimento de professores e alunos.

De acordo com o guia de avaliação do livro didático PNLD ele aborda o seguinte fato:

Evidentemente, os avanços identificados não se configuram de forma homogênea no conjunto das obras. Enquanto o novo se anuncia e até mesmo se consolida, elementos de permanência ainda se fazem sentir. Para muitas obras, nos momentos históricos subsequentes à colonização, em relação ao movimento abolicionista, por exemplo, o tratamento dispensado ao tema valoriza as concepções tradicionais, que secundarizam a participação dos afro-brasileiros no processo histórico. Para a maioria, especial no caso dos livros regionais, a partir da abolição os afro-brasileiros desaparecem das páginas do livro. Apesar das ocorrências que caracterizam avanços, ainda encontram-se problemas na abordagem dessas questões (PNLD, 2013, p.25).

É muito importante o docente ficar atento ao que o guia da escolha do livro didático diz a respeito dessas questões citadas acima, porque dessa forma o docente fica mais seguro quanto à escolha do livro que melhor desenvolva as questões da história e cultura africana e afro-brasileira, como também que livros podem facilitar a abordagem desses assuntos em sala de aula.

Já ficou evidente que todos eles têm falhas e que alguns não abordam de forma clara assuntos relacionados ao tema em estudo como cita o PNLD 2013 a seguir:

Existem livros em que a temática do preconceito não é abordada de forma explícita, sendo essa questão tratada implicitamente. Há, ainda, casos em que os negros, são mostrados por meio de imagens

clássicas que se repetem nos livros didáticos de História. Na maioria das vezes, são representações tradicionais da escravidão. Outras situações relacionadas aos conflitos de terra, de desigualdade, de preconceitos presentes nas atitudes só aparecem esporadicamente (PNLD, 2013, p.25).

Assim, os avanços e permanências encontrados na análise que o guia do livro didático PNL 2013, faz das obras em análise tomamos a liberdade de afirmar que ainda é necessária uma intensificação do compromisso dos olhos didáticos com a abordagem dos conteúdos previstos na legislação vigente, para consolidar definitivamente a discussão positiva da História africana e afro-brasileira, dando uma maior visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científico, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do nosso país, valorizando e respeitando o caráter multicultural da sociedade brasileira.

Numa perspectiva sócio-histórico e cultural, o livro didático pode ser considerado como um instrumento que organiza os objetos de ensino considerados necessários para satisfazer as necessidades de ensino-aprendizagem em diferentes contextos. Vários interesses entram em conflito, em função das esferas de produção, de avaliação e de circulação o que envolve, necessariamente, as editoras, os programas oficiais, os professores e os alunos. O uso de livros didáticos é bastante comum nas escolas, e em muitos casos, facilita sobremaneira a vida do professor, assumindo papel central no processo de ensino-aprendizagem.

Com relação a isso é importante que o professor fique atento e discuta com os demais colegas que participam da escolha do livro didático que será utilizado em sala de aula as descrições feitas pelos especialistas para cada coleção disponibilizada pelo MEC. Como, por exemplo, uma descrição e análise feita da obra “A aventura do Saber: História” dos autores Francisco M. P. Teixeira e Rosaly Braga Chianca. Veja o que diz a análise com relação à história da África e a cultura afro-brasileira:

Os conteúdos referentes aos afrodescendentes são trabalhados prioritariamente nos livros do 4º e do 5º ano. No que se refere aos conteúdos sobre a cultura afro-brasileira, há o predomínio de uma abordagem tradicional que geralmente limita-se a discutir a escravidão e o escravismo, porém, os afrodescendentes são também apresentados em suas manifestações culturais, danças, festas, religiosidade. Na contemporaneidade se dá destaque à presença do

afrodescendente no futebol, no carnaval e como professores médicos, entre outros (PNLD, 2013, p.32).

É de suma importância se fazer uma leitura mais detalhada dessas análises e assim discutir com os outros colegas docentes para que se possa chegar a um consenso da escolha do livro ou coleção a ser usada no ano letivo seguinte, tem que ser feito uma comparação com as demais coleções, pois muitos trazem pouco assunto ou as abordagens feitas pelas mesmas são fracas e sem um contexto seguro para ser colocado em prática. Veja essa outra análise da coleção “Aconteceu, já é História – Coleção Fundamental” da autoria Marta de Souza Lima Brodbeck.

As determinações da legislação que dispõem sobre o ensino de História da África e das Culturas afro-brasileiras e indígena são cumpridas. Porém, não de forma homogênea no conjunto da coleção. Os conteúdos sobre a história dos afrodescendentes estão postos em partes específicas da obra. Na abordagem da História da África e dos africanos, a ênfase recai nos seus processos de escravização e resistência dessas populações no passado, mas há uma apresentação da diversidade de povos e cultura do continente africano (PNLD, 2013. p.39).

No relato desta análise se ver que a legislação está sendo cumprida, mais que ainda tem seus defeitos. Nessa mesma análise ainda se fala do volume do 3º, 4º e 5º ano. Observe as colocações abaixo:

No volume do 3º ano e que aparecem de fato conteúdos sobre os afrodescendentes. Há referências as práticas culturais, sobretudo, às festas populares de comunidades quilombolas contemporâneas, com explicações sobre o processo histórico formador dessas comunidades, o que articula a especificidade do tema da cultura afro com o processo histórico e formador do Brasil. É apresentada a influência da cultura africana nas cantigas de roda, no folclore e nas brincadeiras que acabaram por se tornar comuns na cultura brasileira, ressaltando, ainda, a mistura dessas influências com costumes indígenas e europeus. No volume do 4º ano, são explorados conteúdos referentes à História da África. Mostra a diversidade de povos e culturas no continente africano. A ênfase recai sobre a cultura material, porém o conteúdo é apresentado de forma esquemática. O volume do 5º ano apresenta alguns capítulos que promovem o debate da formação do povo brasileiro a partir da inserção dos grupos colonizadores, dos indígenas e dos africanos. Também apresentam discussões sobre a problemática contemporânea, das lutas e reivindicações por direitos e suas conquistas (PNLD, 2013, p.39 e 40).

Enfim, se faz necessário um olhar mais atento e detalhista sobre as resenhas e análises contidas no guia de avaliação do livro didático, pois diante de tudo isso que foi apresentado vimos como ainda existem falhas e em alguns casos pouco material relacionado à história e cultura africana e afro-brasileira. Ficou também entendido que o docente como sempre tem um grande papel a ser desempenhado, pois depende dele como serão feitas as abordagens necessárias para a compreensão da temática e como ela está sendo realizada de forma que possa contribuir na construção de cidadãos críticos e que respeitam suas origens.

O professor polivalente enfrenta em seu trabalho cotidiano grandes desafios para o ensino de conteúdos muito diferentes. Muitas vezes, parece difícil, identificar com clareza quais são os objetivos de cada uma das áreas, e definir as estratégias para o trabalho em sala de aula. Outro grande desafio reside na condução do grupo de alunos, muitas vezes numeroso e heterogêneo em suas condições de aprendizagem, tanto no que se refere à proposição das atividades quanto com relação à condição de acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno em suas aprendizagens.

Tudo isso será superado por meio de um bom planejamento. Quando temos os objetivos bem definidos e fazemos um planejamento de nosso trabalho que nos leve na direção desses objetivos, torna-se mais possível vencer esses desafios e passamos a criar estratégias novas, como também a leitura e o estudo antecipado dos assuntos e temas a serem desenvolvidos nas aulas, dessa forma podendo suprir com outros materiais as lacunas deixadas pelos instrumentos pedagógicos.

Com esse artigo espero poder contribuir para que os educadores pedagogos que lecionam História dos anos iniciais do Ensino Fundamental possam ter uma melhor visão dos guias de avaliação do livro didático, e assim contribuir para uma melhor escolha das coleções que serão utilizadas em sala de aula. Afinal, a complexa e desafiadora tarefa de ensinar é também uma tarefa prazerosa, sobretudo quando as respostas de aprendizagem de nossos alunos nos satisfazem.

## **FONTES:**

Guia de livros didáticos PNLD 2013

Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.



## REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; VAL, Maria da Graça Costa. **Livro de alfabetização e de português: os professores e sua escolha**. Belo Horizonte: Autêntica 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia de livros didáticos PNLD 2013: história**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Disponível em: [www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livrodidatico/html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livrodidatico/html). Acesso em 08 dezembro de 2015.

CARDOSO, C. F. S. O Método científico em História. *In: Uma introdução a História*. Brasiliense, 4. ed.

FREITAG, B; COSTA, W. F.; MOTTA, V. R. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

GATTI JUNIOR, D. A. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: Edusc, 2004.

LOMBARDI, J. C. (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: História, Filosofia e Temas Transversais**. 2<sup>o</sup> ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

TALAMINI, Jaqueline Lesiniovski. **O uso do livro didático de história nas séries iniciais do ensino fundamental: a relação dos professores com os conceitos presentes nos manuais**. Curitiba, 2009.

